

Em três escolas sob tutela do Ministério da Educação

Câmara de Cantanhede avança com candidaturas para remoção de fibrocimento



O Município de Cantanhede apresentou três candidaturas destinadas à obtenção de financiamento para a remoção das coberturas de fibrocimento que ainda se encontram em três estabelecimentos de ensino do concelho, designadamente a Escola Secundária Lima de Faria, em Cantanhede, a Escola Básica Carlos de Oliveira, em Febres, e a Escola Básica e Secundária João Garcia Bacelar, na Tocha.

Há muito que a Câmara Municipal aguardava a abertura de uma linha de apoio comunitário que possibilitasse a realização das intervenções, uma vez que se trata de escolas sob tutela do Ministério da Educação e não faria sentido a autarquia realizar obras em edificações que não lhe pertencem. Mas logo que, na sequência de um protocolo subscrito pela presidente da Câmara Municipal, Helena Teodósio, e o ministro Tiago Brandão Rodrigues, o Programa Operacional Centro 2020 passou a contemplar financiamento para a remoção das coberturas de fibrocimento, o executivo camarário cantanhedense não perdeu tempo e avançou com três candidaturas num valor total que ascende a mais de 150 mil euros.

“Esta é uma excelente notícia para as comunidades escolares, na medida em que passam a existir condições para que os edifícios escolares a intervencionar venham a cumprir efetivamente a legislação em vigor em matéria de segurança”, afirma a autarca, lamentando “a circunstância de mais de 1300 crianças do meu concelho, além de professores e funcionários, ainda estarem expostas a ambientes considerados nocivos para a saúde”

A autarca lembra que “há alguns anos a Câmara Municipal promoveu a substituição das coberturas de fibrocimento na Escola Básica Marquês de Marialva, em Cantanhede, e desde essa altura que esperávamos que tivessem sido criadas condições para que avançássemos com

intervenções idênticas na Escola Secundária Lima de Faria, na Escola Básica Carlos de Oliveira e na Escola Básica e Secundária João Garcia Bacelar”, sublinhando que, “incompreensivelmente, o problema se arrastou por demasiado tempo”. Segundo Helena Teodósio “o município tem investido muito na qualificação da rede educativa que é da sua responsabilidade e alimentávamos a expectativa de que o Ministério da Educação tivesse procedido de igual modo nos estabelecimentos que lhe pertencem relativamente a esta questão da segurança, o que de resto era o mínimo exigível. Pugnámos muito por isso e agora que há condições para avançar com as obras, vamos resolver o problema o mais rapidamente possível”, conclui.

Relativamente às obras a realizar, numa primeira fase serão efetuadas as medições e análises de controlo de fibras de amianto por laboratório credenciado, após o que será feita a remoção das coberturas, recorrendo para o efeito à utilização de equipamentos de proteção individual apropriados ao manuseio desse tipo de materiais, bem como à mobilização de uma Unidade Móvel de Descontaminação. Uma vez que se trata de material perigoso para a saúde pública, a sua total remoção será efetuada nos termos da legislação em vigor, incluindo todos os trabalhos necessários a um perfeito acabamento em conformidade com o previsto no mapa de medições, peças desenhadas e caderno de encargos.

Os projetos de requalificação preveem a substituição de 2276 m² de cobertura por placas metálicas em painel "sanduíche", tipo ERFI, constituídas por chapa perfilada de aço galvanizado termolacado. A nova cobertura será aplicada sobre a estrutura existente, através de método de fixação compatível e deverão ser colocados todos os acessórios necessários incluindo cumes e remate de beirado.